



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

BOLETIM INFORMATIVO Nº 138

DEZEMBRO de 2008

No mês de Dezembro de 2008, o Conselho Superior do Ministério Público reuniu em Plenário, e em Secção disciplinar, nos dias 3 e 16, na sede da Procuradoria-Geral da República.

SESSÃO PLENÁRIA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008

PRESENÇAS

Na sessão plenária de dia 16 de Dezembro, presidida pelo Conselheiro Procurador-Geral da República, Dr. Fernando José Matos Pinto Monteiro, estiveram presentes os Exmos Senhores Membros do Conselho, Procuradores-Gerais Distritais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respectivamente, Drs. Francisca Eugénia da Silva Dias Van Dunem, Alberto José Pinto Nogueira, Alberto Mário Coelho Braga Temido e Luís Armando Bilro Verão; Procurador-Geral Adjunto, Dr. Euclides José Dâmaso Simões; Procuradores da República nos Círculos Judiciais de Setúbal e de Sintra, respectivamente, Drs. João Luís Bento Pena dos Reis e Paulo Eduardo Afonso Gonçalves; Procuradores-Adjuntos na Comarca de Tavira e no Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa, respectivamente, Drs. Luís Manuel Maia Mota Carmo e João Paulo Anastácio Centeno; os Membros eleitos pela Assembleia da República, Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva, Drs. João José

Garcia Correia, António José Barradas Leitão e Ricardo Manuel Amaral Rodrigues e um dos Membros designados pelo Ministro da Justiça, Professora Doutora Maria Fernanda dos Santos Martins da Palma Pereira.

Estiveram ausentes, com justificação prévia das faltas, os Exmos Senhores Drs. Raquel Maria Quaresma Francisco, Edite Paula de Almeida Pinho, Filipe Madeira Marques Fraústo da Silva e Júlio Castro Caldas.

Secretariou a sessão o Secretário da Procuradoria-Geral da República, Dr. Carlos José de Sousa Mendes.

PERÍODO DE ANTES DA ODEM DO DIA

1) Na sequência de intervenção do Procurador-Geral Distrital de Évora, Dr. Luís Verão sobre a situação do quadro de Magistrados da Procuradoria-Geral Distrital de Évora, o Conselho deliberou autorizar, com a anuência do Exmo Procurador-Geral Distrital de Coimbra, o destacamento do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **João Marques Mendes Nabais**, actualmente a exercer funções na Procuradoria-Geral Distrital de Coimbra, para a Procuradoria-Geral Distrital de Évora, com efeitos a partir de 5 de Janeiro de 2009.

Mais deliberou que, oportunamente e no âmbito da realização do movimento de magistrados, deverão ser devidamente preenchidos os quadros de magistrados nas PGD's de Coimbra e de Évora.

2) Considerando ter-se incorrido em lapso na deliberação de 3/12/2008, relativa à autorização de nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-Adjunto na Comarca de Loures, Lic. **Manuel Frederico Pacheco Ferreira**, como Coordenador do Departamento de Formação do Centro de Estudos Judiciários, o Conselho decidiu

rectificar tal deliberação e no sentido de que a autorização, concedida implicará o exercício do cargo a tempo inteiro, em acumulação com as funções de docente do CEJ.

TABELA DA SESSÃO

REGULAMENTO DE INSPECÇÕES DO MP.

O Dr. Euclides Dâmaso Simões introduzindo o debate sobre o tema e referindo-se aos trabalhos realizados para alteração do projecto, e nos quais colaboraram, além dele próprio, os Exmos Senhores Drs. Braga Temido e João Correia bem como o Exmo Senhor Professor Doutor Rui Alarcão e Silva, declarou que o mesmo assenta, em significativa parte, nos documentos e projecto do grupo de trabalho coordenado pelo Dr. Maximiano Rodrigues. Efectuou, ainda, com base nos documentos distribuídos previamente, uma sucinta exposição sobre: os objectivos pretendidos; as propostas acolhidas de acordo com os contributos dos Senhores Inspectores do Ministério Público, nomeadamente no que se refere à redacção do artigo 10º; e, ainda, as dúvidas que, em termos de articulado, continuam a subsistir (v.g. na redacção da alínea i) do artigo 12.º e nos artigos 14.º a 17.º).

Seguiram-se as intervenções do Exmo Senhor Professor Doutor Rui Alarcão e Silva, bem como dos Senhores Drs. João Correia e Braga Temido que, também, se pronunciaram sobre o projecto em causa.

O Dr. João Correia durante a sua intervenção sugeriu que o projecto fosse, oportunamente, colocado à apreciação “pública”, nomeadamente através da audição do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

De seguida, o Conselheiro Procurador-Geral da República, após ter efectuado o enquadramento da matéria em debate, referiu-se a três grandes questões que, em simultâneo com a análise e discussão do projecto, poderão ser tratadas:

- a) a problemática dos atrasos das inspecções;
- b) a inspecção dos procuradores-gerais adjuntos;
- c) e a questão da “articulação” do Regulamento de Inspecções com o Estatuto do Ministério Público.

Iniciado o debate, de acordo com o método de análise na especialidade do projecto (“artigo por artigo”) e depois de apreciado o preâmbulo, com a sugestão do aditamento ao texto de que “foi também ouvido o SMMP”, foram apreciados os artigos 1.º, 2.º e 3.º.

No âmbito dessa análise foram então apresentadas diversas sugestões; efectuados vários comentários; e acolhidas algumas propostas de alteração da redacção do articulado, as quais constarão do documento final.

Nesta fase de análise e debate na especialidade do projecto do articulado usaram da palavra os Senhores Drs. Ricardo Rodrigues, Mota Carmo e Pena dos Reis, Professora Doutora Maria Fernanda Palma; Drs. Pinto Nogueira, Euclides Dâmaso Simões, Paulo Gonçalves, Barradas Leitão, Professor Doutor Rui Alarcão e Silva; e Drs. Francisca Van Dunem, João Correia, Braga Temido e Luís Verão.

Debatidos e analisados esses primeiros artigos, o Conselho deliberou prosseguir com os trabalhos de análise do projecto de Regulamento de Inspecções em próxima sessão.

COMISSÕES DE SERVIÇO

Proposta de nomeação, em comissão permanente de serviço, do Procurador-Geral Adjunto, Dr. **Alberto Fernandes Brás** como Juiz além do quadro do Tribunal de Contas.

O Conselho deliberou autorizar, com efeitos a partir de 22 de Dezembro de 2008.